

super Varejo

Ives Gandra provoca:
"Mudar o país depende
do tamanho da nossa
indignação". Confira
entrevista exclusiva com o
renomado jurista e crítico
ferrenho do governo

APAS

ANO XV Nº 171

RS 15,00 • JULHO 2015

www.supervarejo.com.br

CINCO

MAIS

superVarejo

— 2015 —

11ª EDIÇÃO

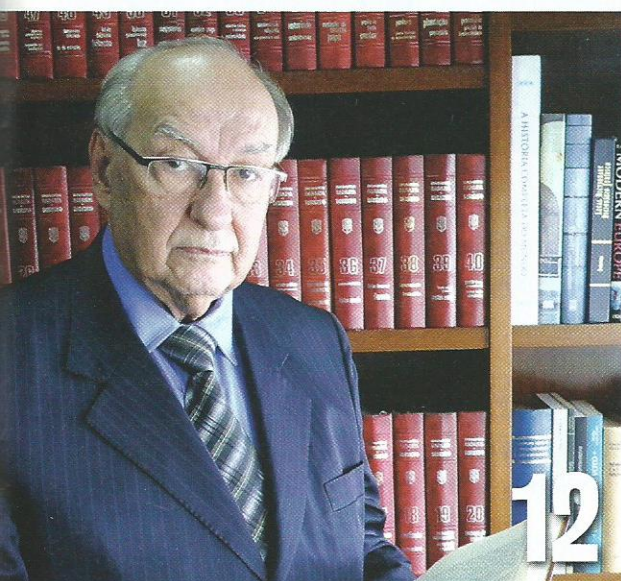
Nielsen



TOP 5

Pesquisa aponta o ranking dos principais
fornecedores nacionais e por região do varejo
alimentar auditados em mais de 479 mil lojas

FORNECEDORES



CAPA

CINCO MAIS

36

A *SuperVarejo* divulga, com exclusividade, a 11ª edição do estudo Cinco Mais, desenvolvido pela empresa de pesquisa Nielsen e que identifica os cinco principais fornecedores de diferentes categorias de produtos auditados em mais de 479 mil lojas nos canais autosserviço e tradicional.

COLUNAS

- editorial 10
- espaço jurídico 34
- compradores e vendedores 164
- liderança e estratégia em ação 170

ENTREVISTA

- ives gandra da silva martins 12

MERCADO

- calendário sv 20
- checkout 22
- por dentro do varejo 26
- tabloide 28
- food service 32

GESTÃO

- operação 158

AGRONEGÓCIOS

- café 166

PERFIL

- castelo alimentos 172

FORA DA CAIXA

- dicas culturais, lazer, qualidade de vida 176



A reportagem sobre a cobertura da Feira APAS 2015 foi o conteúdo mais acessado em nosso site. A matéria traz os principais acontecimentos da 31ª edição do maior evento supermercadista do mundo, que superou todos os recordes norteado pelo tema Produtividade – A serviço do consumidor.

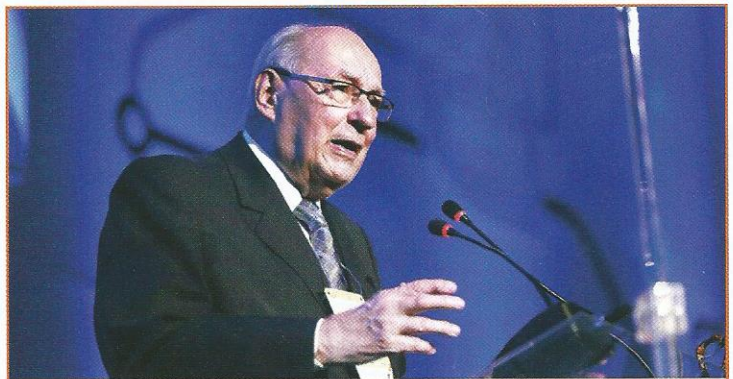
ACESSE O CONTEÚDO COMPLETO PELO APLICATIVO OU NO SITE:

<http://www.supervarejo.com.br/revista-digital/a-maior-apas-de-todos-os-tempos/>

A matéria “Bem-estar do funcionário e saúde da empresa”, que trata dos benefícios das companhias ao investir em ações para a prática de atividade física para os colaboradores, foi uma das mais lidas em nosso site. A reportagem traz exemplos de redes supermercadistas que adotam tais práticas como também depoimentos de funcionários que mostram o resultado das ações.

ACESSE O CONTEÚDO COMPLETO PELO APLICATIVO OU NO SITE:

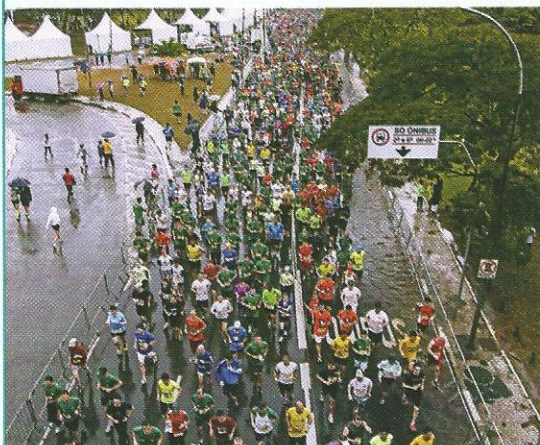
<http://www.supervarejo.com.br/secoes/gestao/bem-estar-do-funcionario-e-saude-da-empresa/>



O vídeo que traz a entrevista com o jurista Ives Gandra foi o mais assistido no mês de junho no canal da *SuperVarejo* no YouTube. Na reportagem, o renomado advogado tributarista fala como a burocracia interfere na produtividade no Brasil. Ele afirma, entre outros aspectos, que a carga burocrática é que impulsiona a carga tributária no país.

VEJA O VÍDEO NO ENDEREÇO:

<https://www.youtube.com/watch?v=RGrcQMpQxxw>



Baixe a edição digital no seu tablet com os QR codes ao lado



MUDAR O PAÍS DEPENDE DO TAMANHO DA NOSSA INDIGNAÇÃO

Não dá para ficar indiferente às opiniões do jurista Ives Gandra da Silva Martins. Em tempos de acirradas discussões político-partidárias, ele se torna referência ao se posicionar como um dos mais ferrenhos críticos de Lula e Dilma Rousseff e ao estilo petista de governar. Basta uma pesquisa rápida na internet para ver a polêmica que levanta por não dar trégua aos movimentos políticos, especialmente em Brasília. Aliás, foi a partir de um parecer jurídico elaborado por ele que se começou a cogitar o impeachment da presidente. A discussão rendeu, ancorada principalmente pelo fato de o parecer ter sido encomendado por José de Oliveira Costa, advogado do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, no centro da oposição ao PT.

Divergências partidárias de lado, Ives Gandra, doutor em direito, professor de direito constitucional e direito tributário e professor emérito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, fez desta entrevista exclusiva à **SuperVarejo** uma aula de economia, política, democracia. Enquanto discorria sobre corrupção, reforma política, contas públicas, mensalão, impeachment, golpe etc., contou um pouco da história do país, afinal, acompanhou de perto as diversas crises pelas quais o Brasil atravessou desde que votou pela primeira vez em 1953 – a primeira já no ano seguinte com a queda de dois presidentes da república: Café Filho e Carlos Luz. Com muitos casos, ele relembrou os tempos da ditadura brasileira e a redemocratização do país até a subida do Partido dos Trabalhadores ao poder e a reeleição de Dilma Rousseff.

Membro da academia Paulista de Letras e do Instituto dos Advogados de São Paulo (OAB-SP), Ives Gandra acumula 58 anos de atuação na área jurídica e 55 de magistério. Já publicou mais de 50 livros individualmente, 200 em coautoria, cerca de mil estudos sobre direito, economia, filosofia, política, história, literatura, sociologia e música e um sem-número de artigos nos principais jornais brasileiros e diversos estrangeiros. Nesta entrevista estão alguns dos principais momentos do nosso enriquecedor encontro.



O que pode nos dizer sobre seu parecer, que aponta os elementos jurídicos para dar início ao processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff?

Em meu parecer, mostro que os crimes culposos de imperícia, omissão e negligência, que configuram improbidade administrativa, estão caracterizados na conduta de Dilma Rousseff, tanto quando foi presidente do Conselho de Administração da Petrobras quanto agora, como presidente da república. Durante oito anos, roubaram bilhões e bilhões de reais, saquearam a empresa que ela presidia e ela diz que não sabia de nada! Quando, na administração pública, o agente público permite toda a espécie de falcatruas sob sua supervisão ou falta de supervisão, caracterizam-se a atuação negligente e a improbidade administrativa, não por dolo [intenção], mas por culpa. E eu digo que a culpa é grave pelo volume, que não teria como passar despercebido pela direção.

O que falta, então, para o impeachment?

Juridicamente há todos os elementos para o impeachment, mas a decisão será necessariamente política. O parecer diz que o crime pode ser por ação ou omissão. Omissão é culpa, ação é dolo. O Tribunal Superior de Justiça já decidiu que culpa grave é crime administrativo. A Constituição não fala em nenhum momento em culpa ou dolo, mas em atos contra a probidade administrativa. No Conselho Superior de Direito, todos entendem que os fundamentos jurídicos estão presentes e já há cinco pareceres favoráveis ao meu.

Procurei apenas interpretar a lei. Depois de 58 anos de atuação na área jurídica, alguma coisinha de direito eu conheço. Mas o elemento jurídico do parecer, o impeachment, é o que menos importa. Ele é a semente que desperta a preocupação do impeachment. Aliás, o parecer teve um aspecto extremamente positivo: ninguém falava em impeachment até então. Lamentavelmente, apesar de os aspectos jurídicos serem videntes, a decisão será sempre política.

Mas com tantas denúncias de corrupção, manobras contábeis e mais o crime de improbidade administrativa que o senhor aponta, não é ainda hora do impeachment?

Já me fizeram essa pergunta e volto a dizer que não é. E não é por uma razão: falta ocorrer o que ocorreu com o Collor: pressão popular. Ela virá. O ajuste fiscal, aprovado graças à habilidade do Michel Temer em lidar com o Congresso, está sendo feito em cima da sociedade e está levando ao aumento do descrédito no governo federal. Dilma fala em “pátria educadora” e logo corta R\$ 7 bilhões da educação, empurrando os custos dos financiamentos para as instituições superiores, que só terão o dinheiro no fim do ano com correção de 6,4%, abaixo da inflação do período. Como ela cortou bruscamente o Fies, mais da metade dos alunos vai deixar a escola. Entrei com ação em Brasília questionando as mudanças da portaria (nº 23 publicada em 30 de dezembro) que revisa as formas de pagamento para as instituições de ensino e define novas regras para o benefício. Você tem ideia de quantas escolas de primeiro e segundo graus e

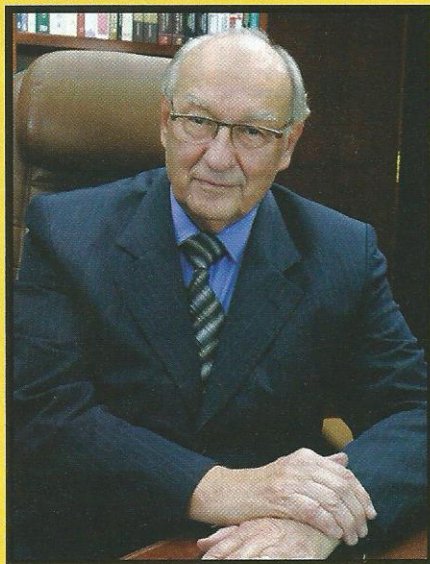
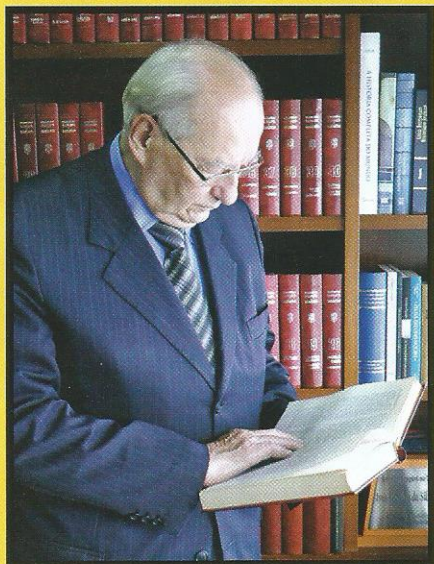
universidades foram fechadas no Brasil desde que entrou o Prouni? Seis mil, segundo cálculos de Sergio Arcuri, ex-presidente da Associação Paulista de Escolas de Segundo Grau.

Ao mesmo tempo em que corta despesas, o governo triplica o fundo partidário.

Exato. E o que dizer dos 113 mil funcionários que não prestaram concurso e estão na administração federal? O presidente Barack Obama tem 4 mil não concursados; Ângela Merkel, 600. O PIB alemão é superior ao brasileiro e nossa economia é oito vezes menor que a dos Estados Unidos. Dilma tem 113 mil “amigos do rei”, pessoas que fizeram a campanha e ganharam um cargo! Enquanto não cortar na carne, a presidente continuará criando um caminho favorável ao impeachment.

Em outra polêmica, o senhor diz que o (PNDH-3) Plano Nacional de Direitos Humanos do PT é “uma escarrada repetição da Constituição venezuelana” e contém uma série de diretrizes inconstitucionais que podem prejudicar o equilíbrio de poderes no Brasil. Nossa democracia corre riscos?

Não há nenhuma possibilidade de golpe. Os anticorpos da democracia brasileira são incontestavelmente muito maiores do que as constituições da Venezuela, da Bolívia e do Equador, por exemplo, forjadas a partir dos ensinamentos de um centro de pesquisas sociais de Madri. Aliás, a Venezuela está em frangalhos graças a essa mentalidade. Temos uma federação, 26 estados e o Distrito Federal. Temos



FOTOS: PAULO PEPE

Enquanto não cortar na carne, a presidente continuará criando um caminho favorável ao impeachment

as Forças Armadas, 330 mil pessoas entre Exército, Marinha e Aeronáutica; temos as polícias militares com o dobro desse contingente. Não há risco. E quando Lula diz “vamos usar o exército do MST”, ele está contando com arruaceiros. Essa é a expressão que uso para definir os que desobedecem à lei: arruaceiros. Eles não têm condições de assumir um governo com uma federação tão complexa como a brasileira. Uma das lições que a história política mundial mostra é que se pode conquistar poder com radicais, mas não se consegue governar com eles, principalmente porque não têm nenhuma noção do que seja economia, do que sejam relações internacionais. É como se alguém precisasse ser operado do coração e pegássemos um enfermeiro para fazer a cirurgia porque ele viveu no hospital algum tempo e já assistiu a algumas operações.

O senhor tem boas histórias com radicais...

Já debati com alguns deles. Durante

dez anos fui da bancada fixa do programa *Gazeta ao meio-dia*, com Maria Lydia. Uma vez ela convidou o ativista Stédile e ele disse: “Vamos deixar de pagar a dívida externa, pegar todo o dinheiro e aplicar em educação, saúde etc.”. E eu rebati: primeiro, me diga onde está esse dinheiro; segundo, o que aconteceria se deixássemos de pagar? Bem, perderíamos todos os bens, não teríamos mais como importar nada e ainda teríamos de pagar tudo. Dilson Funaro, em 1986, quando ministro da Fazenda, não deixou de pagar a dívida; apenas suspendeu os pagamentos, mas pagou os juros.

O discurso é de que “o Brasil não deve mais nada”.

Como não? Todos os países têm títulos. As dívidas externas dos países de todo o mundo são voláteis. É evidente que são roladas, se pagam juros. As dívidas interna e externa da Itália são de 140% do PIB. A americana chega a 100% do PIB. Os bancos no Brasil valem o que vale o governo. Mais da

João Pedro Stédile é economista e ativista social brasileiro e ficou conhecido nacionalmente por integrar a direção do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra



Uma das lições que a história política mundial mostra é que se pode conquistar poder com radicais, mas não se consegue governar com eles

metade dos títulos que circulam no mercado financeiro é lastreada em títulos oficiais. Isso quer dizer que grande parte de toda a poupança – a minha, a sua – é de títulos governamentais. No dia em que deixarmos de pagar, isso não valerá mais nada. Veja a Grécia: a poupança interna chegou a 4% e o país entrou em colapso. Uma vez perguntaram ao Rui Mesquita, no programa *Roda viva*, o que ele achava do Stédile. Ele só disse isso: “Um energúmeno”. Stédile é um cidadão que não raciocina e olhe que ele fez economia!

O senhor faz sérias críticas a programas do PT como o Mais Médicos, com profissionais de Cuba. Tantas irregularidades não são indícios de algo mais grave?

A indignação não é apenas minha. Os médicos de Cuba têm curso de três anos; os brasileiros, de oito anos. Como em todos os revalidas eles foram

reprovados, o governo decidiu que médico brasileiro faz revalida; médico cubano, não. Sim, são indícios, mas graças a eles é que o partido está em processo de queda livre. Basta analisarmos a força do partido quando Lula estava no auge, quando Dilma aparecia com 58%, 60%, 62% de aprovação. Hoje está com menos de 13%. A decadência do PT é prova inequívoca de que quanto mais radicalizam, mais desmoralizam o partido. E nesse Congresso pode ser a pá de cal. A presidente, com apoio do Lula, não tem 20% do Congresso.

Com tantos rachas e denúncias, o PT pode acabar?

Nunca haverá a eliminação de um partido como o PT. Sai um e entra outro de esquerda, o que é normal numa democracia. Pela experiência, todo país tem de três a cinco linhas de pensamento: centro, centro-esquerda, centro-direita, esquerda e direita.

Há anos se ouve falar da reforma política e ela não vinga. Por quê?

Simples. Nossa federação não cabe no PIB. Ele é menor do que o custo da federação, e esta tem toda espécie de políticos. Quem é que vai fazer a mudança? Sou presidente da Comissão Especial de Reforma Política da OAB-SP e apresentamos proposta para reduzir o número de partidos. Hoje são 32. Não temos muita esperança, pois significaria mexer com os donos de partido. Na nossa última reunião, Nelson Jobim, membro da Comissão, lembrou que existem companhias especializadas em criar partidos políticos. Se a senhora for milionária, basta contratar uma e ela se encarrega de arrumar as assinaturas de que a senhora necessita para formar um partido.

Como mudar isso?

No ano passado, durante o Fórum da Liberdade, no Rio Grande do Sul, eu debati com o deputado do Parlamento

Europeu Godfrey Bloom que representava a Inglaterra. Diante de 3 mil pessoas, ele disse: “Vocês estão muito preocupados com reforma política, mas a nossa só começou em 1688, quando se introduziu o parlamentarismo. Hoje podemos dizer que temos uma política relativamente estável em decorrência de 400 anos de exercício. Os senhores estão com uma democracia de pouco mais de 20 anos!”. E eu digo: nossa reforma é totalmente previsível, natural. Será gradativa, lenta, mas virá pelo exercício da cidadania, a partir da melhora do nível de consciência do cidadão. O Collor caiu por causa do exercício de cidadania. Fizemos a Revolução de 64 pelo exercício de cidadania. E, agora, temos os pannelsos, as manifestações. O povo está absolutamente descontente. À medida que o eleitor começa a conhecer o que se debate, a compreender que tem de saber em quem está votando, a pressão vai aumentar e crescerá a possibilidade de o poder judiciário analisar a inconstitucionalidade de partidos sem substância.

Por que articulações de poder, ideologias políticas parecem sempre se sobrepôr aos princípios básicos da democracia? Vivemos uma democracia, elegemos nossos representantes pelo voto e, no entanto, ficamos impotentes diante de atos que ferem os princípios constitucionais.

Ainda estamos aprendendo o exercício da cidadania. E os nossos políticos, ainda com perfil inferior ao desejado, são resultado desse aprendizado. Sempre digo que escrever sobre ética em política é deixar o livro em branco. Estamos aprendendo, e essa aprendi-

zagem só é possível em “democracia plena” e não a tutelada por conselhos manipulados pelo Executivo. No livro *Uma breve teoria do poder*, discuto que só quando há oposição de um lado e o exercício da cidadania do outro é que se pode fazer mudanças. A história da humanidade mostra isso.

O PT insiste em contrapor classe média e trabalhadores. Não é perigoso esse discurso de classes?

Ao PT só restou esse discurso. Lula, que se considerava o homem da classe média, o homem de que todos os empresários gostavam etc., se vê sem saída. No momento em que o partido entra em uma decadência impressionante em meio a tantos escândalos, eles percebem que perderam a mamata e têm mesmo de mudar o discurso. E pensar que Lula, Mercadante, José Dirceu etc. eram os que defendiam a honestidade, a moralidade na política. Quando eu debatia com eles, sempre lhes dizia: “Eu não concordo com vocês, mas me impressiona a luta ética de vocês”.

Aliás, o senhor escreveu elogiando-os.

Sim, naquela época, sim. Mas bastou entrar no poder para o PT se tornar o partido mais corrupto da história do Brasil. Nunca um partido teve tantos membros presos por corrupção.

Um ex-ministro do PT disse que “os petistas roubaram demais. Exageraram”. Existe mínimo razoável pra roubar?

Não, não existe. Mas também nunca houve poder sem corrupção. Em todos os períodos históricos, em todos os

espaços geográficos, o poder representou corrupção. O primeiro documento escrito em prosa foi de Sinuhe, da 18ª dinastia egípcia, e é um documento de combate à corrupção. O governo era corrupto, a tributação, excessiva etc. O problema é que o cidadão no poder se identifica com o poder. Prestar serviços públicos vira mero efeito colateral. Não é necessário. Montesquieu dizia que, como o homem não é confiável no poder, é necessário que o poder controle o poder. Qual é o bom governo? É aquele que consegue reduzir ao mínimo a corrupção, pune a corrupção, amedronta o corrupto.

Diante de tudo o que estamos passando, o Brasil tem esperança?

Vou responder com a mesma frase que falamos na TV em 1963, quando do plebiscito para o fim do parlamentarismo e o retorno ao presidencialismo: “Não diga sim nem não. Diga talvez”. Ter esperanças de mudanças agora vai depender de como a população vai reagir ao que ainda está por vir. O ajuste fiscal não deve deixar que se deteriore ainda mais as contas públicas. Mas não é um remédio, é uma cirurgia. Ainda vamos ter um período pós-operatório bem difícil. Teremos uma deterioração do ambiente econômico e político durante alguns meses, talvez muitos meses. Resta saber como o país vai reagir até lá e se o povo terá paciência de esperar. Esse é o problema. Todos têm receio da ameaça do impeachment, porque o quisto maior, que é a estrutura do governo, as contas públicas, Dilma não tem coragem de atacar. Mudar o país vai depender do tamanho da indignação da sociedade. ❧